



University of  
Texas Libraries

REDIB  
Red Iberoamericana  
de Investigación y Conocimiento Científico



e-revist@s



Faculdade Santo Agostinho  
**revista fsa**

[www4.fsnet.com.br/revista](http://www4.fsnet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 15, n. 1, art. 6, p. 104-123, jan./fev. 2018  
ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983  
<http://dx.doi.org/10.12819/2018.15.1.6>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



**Turismo e Desenvolvimento regional: o Brejo Paraibano como Destino Turístico**

**Tourism and Regional Development: the Brejo Paraibano as a Tourist Destination**

**Wallysson Klebson de Medeiros Silva**

Mestrado em Energias Renováveis, Universidade Federal da Paraíba  
Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande  
E-mail: wallyssonk@gmail.com

**Alunilda Janúncio de Oliveira**

Doutorado em Recursos Naturais pela Universidade Federal de Campina Grande  
Professora da Universidade Federal de Campina Grande  
E-mail: alunildajanuncio@hotmail.com

**Kardelan Arteiro da Silva**

Graduando em Engenharia Ambiental pela Universidade Federal de Campina Grande,  
E-mail: kardelanok0@gmail.com

**Endereço: Wallysson Klebson de Medeiros Silva**

Cidade Universitária João Pessoa – PB. Brasil - CEP –  
58.051-970, Caixa Postal 5115, CAMPUS I, João Pessoa  
– PB

**Endereço: Alunilda Janúncio de Oliveira**

Universidade Federal de Campina Grande – PB. Brasil –  
CEP – 58109-000, Av. Aprígio Veloso, 882 Bodocongó,  
Campina Grande – PB.

**Endereço: Kardelan Arteiro da Silva**

Universidade Federal de Campina Grande – PB. Campus  
Pombal - Rua Jário Vieira Feitosa, nº 1770, Bairro dos  
Pereiros, CEP 58840-000, Pombal – PB.

**Editor Científico: Dr. Tonny Kerley de Alencar Rodrigues**

**Artigo recebido em 29/09/2017. Última versão  
recebida em 15/10/2017. Aprovado em 16/10/2017.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**



## RESUMO

O turismo pode ser compreendido como atividade socioeconômica, dinâmica e competitiva, caracterizada pelo deslocamento de pessoas no espaço. Como atividade econômica, o turismo está em ascensão, e vem gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais para as localidades receptoras. Nesse contexto, a Paraíba é dividida em nove regiões turísticas, dentre elas a Região Turística do Brejo – composta por oito cidades: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões e Serraria –. Cada município tem sua própria característica, porém todas possuem uma diversidade geográfica, econômica, cultural, histórica e ambiental peculiar. O desenvolvimento dessa pesquisa buscou, na fundamentação teórica, investigar a relação entre as teorias do desenvolvimento e o turismo, com vistas a conhecer como tais interpretações analisam as repercussões da atividade turística no desenvolvimento regional. A metodologia valeu-se do estudo de caráter exploratório, efetuando-se a investigação bibliográfica, quanto a seus procedimentos técnicos, e delimitou-se como qualitativa, quanto à sua forma de abordagem. O enfoque principal deste trabalho, portanto, foi realizar uma investigação crítica acerca do setor turístico e suas implicações no desenvolvimento regional, tendo em vista, principalmente, o seu caráter paradoxal em relação à grande importância para a economia de uma região, sendo apontado como válvula de escape por muitos governantes, pois pode gerar benefícios econômicos, sociais e ambientais. A análise e discussão dos resultados mostram que estes municípios entendem que o desenvolvimento turístico em nível regional é a melhor escolha, embora ainda precisem de articulação entre si e fortalecimento das políticas públicas para conseguirem viabilizar roteiros mais compactos.

**Palavras-chave:** Turismo. Políticas Públicas. Brejo Paraibano. Desenvolvimento Regional.

## ABSTRACT

Tourism can be understood as a socioeconomic activity, dynamic and competitive, characterized by the displacement of people in space. As an economic activity, tourism is on the rise, and has been generating economic, social and environmental benefits for the receiving localities. In this context, Paraíba is divided into nine tourist regions, among them the Brejo Tourist Region - composed of eight cities: Alagoa Grande, Alagoa Nova, Areia, Bananeiras, Borborema, Matinhas, Pilões and Serraria. Each municipality has its own characteristic, but all have a peculiar geographic, economic, cultural, historical and environmental diversity. The development of this research sought to investigate the relationship between development theories and tourism, in order to understand how these interpretations analyze the repercussions of tourism activity on regional development. The methodology was based on an exploratory study, with a bibliographical investigation of its technical procedures and a qualitative-quantitative approach to its approach. The main focus of this work was therefore to carry out a critical investigation about the tourism sector and its implications for regional development, mainly due to its paradoxical character in relation to the great importance to the economy of a region, being pointed as a valve many governments because it can generate economic, social and environmental benefits. The analysis and discussion of the results show that these municipalities understand that tourism development at the regional level is the best choice, although they still need to articulate each other and strengthen public policies in order to enable more compact roadmaps

**Keywords:** Tourism. Public policy. Brejo Paraibano. Regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

A importância de políticas públicas voltadas à atividade turística tem aumentado nos anos recentes, promovendo, dessa forma, uma atenção cada vez maior por se constituir uma das mais consideráveis atividades econômicas. Pode-se, via da regra, aceitar que o turismo é um fenômeno de grande relevância para o desenvolvimento e crescimento de uma região, capaz de equacionar desequilíbrios sociais e econômicos, pelo menos teoricamente.

O acelerado crescimento do turismo fez com que se ampliassem os debates nos meios acadêmicos, envolvendo crescimento e desenvolvimento de uma região. Conforme Souza (2005, p. 5), “não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento”. E salienta que há duas correntes de economistas se contrapondo. Uma primeira corrente de inspiração mais teórica considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. A segunda corrente voltada para a realidade empírica, acredita que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente (SOUZA, 2005). De maneira genérica, podemos definir crescimento como aumento do rendimento e do consumo com base quantitativa; O desenvolvimento, contudo é medido qualitativamente de forma conjunta, observando indicadores sociais, econômicos, culturais, ambientais e de sustentabilidade, e o quanto isso é revertido em prol da sociedade. Entretanto, não há desenvolvimento sem a presença do crescimento, que seria circunstância básica para que haja desenvolvimento.

Tal sucede quando se busca analisar o turismo como elemento propulsor do desenvolvimento e como alternativa viável à promoção de mudanças, sendo o efeito multiplicador um importante elemento econômico, político-cultural e de inclusão, ao possibilitar, através das políticas públicas, uma diversificação na base econômica, dinamização do mercado de trabalho, incremento na arrecadação tributária e gerador de divisas.

Assim, o presente trabalho propõe-se entender se o Brejo Paraibano pode ser considerado um destino turístico, já que a região vem estimulando e fomentando as raízes culturais, artesanais, naturais, sustentáveis, atividades criativas e preservacionistas pautadas nos aspectos regionais, levando apreço à sua identidade cultural.

Com vistas a uma análise mais ampla acerca do turismo como atividade econômica, o objetivo geral deste artigo foi: Analisar quais as contribuições que o turismo praticado no Brejo Paraibano pode trazer para o desenvolvimento local.

Levando em conta que o turismo, adotado atualmente como um dos principais e mais relevantes fenômenos da atualidade, é considerado o setor que obtém um dos principais

elementos estruturais na dinâmica econômica global, por ser fator contribuinte para o desenvolvimento nacional, regional e local. O estudo turismo e desenvolvimento regional: o brejo paraibano como destino turístico tem como principal justificativa a importância adquirida pelas vertentes do turismo e desenvolvimento na atualidade, que uniria e integraria em um corpo teórico unificado e de caráter científico. A relação entre desenvolvimento e turismo é um assunto recente, que vem estimulando e motivando diversos pesquisadores no mundo inteiro em uma observação constante do funcionamento e da contribuição entre estas duas teorias. Diante da escassez de material, poucos trabalhos sistemáticos e de cunho científico que demonstre a importância de regiões com potenciais turísticos distantes do litoral (como a do Brejo Paraibano), faz-se de tamanha importância esse estudo, para uma temática aprofundada regionalista.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento e desenvolvimento regional

Com base em variadas linhas de pensamento, chegar ao consenso do que é desenvolvimento é bastante complexo. No discurso socioeconômico e político atual, o desenvolvimento é um impulsionador poderoso, pois as diretrizes das políticas públicas e os anseios da iniciativa privada orbitam ao redor desse alvo supostamente benéfico para toda a sociedade. Apesar disso, a ideia de desenvolvimento frequentemente utilizada, se insere plenamente no corpo ideológico do capital, cumprindo como instrumento dinamizador da sua expansão e acumulação (GÓMEZ, 2002).

Porém, esse conceito teve certa importância entre o século XIX e XX com os economistas clássicos Adam Smith, David Ricardo e James Mill. A distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico fez com que o debate se enriquecesse, principalmente, porque alguns autores atribuíam apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para o desenvolvimento. Ou seja, focavam apenas o crescimento da riqueza como algo substancial ao capitalismo, como um processo automático, com a crença de que desenvolvimento era sinônimo de crescimento econômico.

Até 1960, parte dos economistas acreditava que o desenvolvimento vinha, de fato, do crescimento econômico. A partir da década de 60, quando o rápido crescimento de alguns países periféricos, como o Brasil, não se traduziu em maior acesso das populações pobres a bens materiais e culturais, essa ideia foi desmoronando (PATEO; SÍGOLO, 2006). Em torno

de 1970, surgiu um novo conceito de desenvolvimento, com o argumento que o desenvolvimento é a combinação de crescimento econômico em conjunto com a preservação do meio ambiente, alegando que os recursos do planeta deveriam ser utilizados de forma a permitir que os mesmos pudessem ser utilizados pelas gerações futuras. A partir de 1980, com a intensificação da globalização, ocorre uma acentuada mudança no cenário econômico mundial, motivando a necessidade de adaptação dos diversos agentes econômicos, a uma nova realidade (FEGGER, 2002).

Sob um ângulo distinto, da denominada a escola pós-modernista, sendo principais expoentes Giovanni Arrighi e Celso Furtado negam a ideia do desenvolvimento universal e consideram a existência do desenvolvimento como mito. Para os pensadores dessa corrente, a noção de desenvolvimento sustentável em nada altera a visão de desenvolvimento econômico, sendo ambas o mesmo mito. Assim, o desenvolvimento poderia ser entendido como uma "armadilha ideológica construída para perpetuar as relações assimétricas entre as minorias dominadoras e as maiorias dominadas" (SACHS, 2004, p. 26).

Em 1987, a proposta do relatório Brundtland corresponde a um grande avanço na linha teórica, com o surgimento da questão do desenvolvimento sustentável, um importante conceito que prevalece até os dias atuais. Foi delimitado que o desenvolvimento sustentável corresponde a um processo de natureza essencialmente conciliadora, onde desenvolvimento e meio ambiente apresentam dualidade. O documento define medidas para que o governo consiga alcançar o desenvolvimento sustentável através da: a) limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias com uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados com base em tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização desordenada e integração entre campo e cidades; g) atendimento das necessidades básicas (MORAES, 2000).

Em 1990, o conceito Desenvolvimento Sustentável tem uma conotação extremamente positiva, transformando-se em bandeira da política ambiental e passa a ser o foco dos gestores de políticas, dos movimentos ambientalistas e dos meios científicos e acadêmicos, e base da Conferência RIO 92. Ainda na década de 90, as empresas começaram a sair da posição de meros "alvos" da política ambiental. Desse modo, as empresas privadas passaram a perceber a

vantagem competitiva advinda da posse da certificação ISO 14000<sup>1</sup> (surgido em 1993), que se tornou importante para obtenção de financiamento de projetos e entrada em alguns mercados. Assim entraram em ascensão as empresas verdes, ligadas aos mercados de produtos naturais (CANELAS, 2005).

A ampliação do conceito de desenvolvimento pelos economistas Mahbub ul Haq e Amartya Sen, na tentativa de tornar o desenvolvimento algo mensurável, desenvolveram o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que combina, além do PIB per capita (dimensão econômica), outras três importantes dimensões: renda, escolaridade e longevidade. Obtendo maior consistência nas palavras, o indiano Amartya Sen, em 1996 e 1997, defendia que um aspecto apontado como determinante para o desenvolvimento é a presença de coesão social no país e que há dois caminhos para a promoção do desenvolvimento: a medição pelo crescimento e a condução pelo custeio público (PATEO; SÍGOLO, 2006).

Apesar das controvérsias, sabe-se que o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é uma condição para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida (OLIVEIRA; LIMA, 2006). No Brasil, Furtado (1974, p. 75) evidencia que, desenvolvimento supera a visão de crescimento econômico, mas deve ser configurado como um conceito integralizador, que transpõe o setor econômico, está associado a investimento social, portanto, “investimento, não é gasto”. Sendo assim não existe, separação entre os setores econômicos e os sociais, mas sim a necessidade em associar as diferentes dimensões. Logo, desenvolvimento não deve ser encarado numa percepção limitada, mas com progressiva socialização de oportunidades.

No que diz respeito ao desenvolvimento regional, Lopes (1980) considera que, tanto do ponto de vista prático quanto teórico, pode-se dizer que o desenvolvimento regional se vem figurando por uma evolução com dois tipos de tendências. A primeira, diz que as regiões sejam vistas cada vez menos isoladamente, e cada vez mais, no sistema de regiões a que pertencem; a segunda, leva o fator econômico apenas como um ponto, para que possa haver o desenvolvimento regional.

Deste modo, o desenvolvimento regional baseia-se em individualidades locais e parte da premissa que, o que é utilizado em um local, não deve, necessariamente, ser utilizado em outro. Logo, o turismo pode ser uma atividade viável e impulsionadora do desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Conjunto de normas que definem fundamentos e condutas para a gestão ambiental para as empresas públicas e privadas. Estas normas foram decretadas pela International Organization for Standardization - ISO (Organização Internacional para Padronização).

de uma região e não para outra. Quanto mais forte for o nível de conexão e articulação da região, maior é sua chance de se desenvolver (CORIOLANO; VASCONCELOS, 2013).

Para este artigo, adota-se, como conceito de desenvolvimento, o crescimento econômico, atrelado à preservação dos recursos naturais, culturais e patrimoniais, a fim de que possam ser utilizados pelas gerações futuras, contribuindo para a melhoria das condições sociais da população. Ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998, p. 205), além da participação dos atores locais para determinar os eixos do seu desenvolvimento.

## 2.2 As teorias do desenvolvimento e a contribuição do turismo

Grande parte dos estudos leva a crer que as atividades turísticas podem, de fato, levar ao crescimento econômico e, conseqüentemente, ao desenvolvimento, devido ao seu efeito multiplicador que se reflete sobre a economia local e regional. Sendo assim, por ser considerada uma das atividades mais valiosas e precursoras do desenvolvimento, o turismo torna-se, para muitas regiões em desenvolvimento, uma importante fonte de rendimento. Por ser caracteristicamente multidisciplinar, torna-se um tema relevante para investigação.

Jenkins e Henry (1982) sustentam a importância do turismo no desenvolvimento dos países emergentes e subdesenvolvidos e incentivam a intervenção do governo para alcançá-lo. Para eles, quanto maior é a participação do turismo nas economias, maior o papel desempenhado pelo Estado. Modeste (1995) faz uma análise do turismo em três países do Caribe e, através de modelos econométricos, chega à conclusão que o turismo foi um dos grandes propulsores do desenvolvimento da economia da região. Outro trabalho que merece destaque é o de Plaza (2006), que examinou o impacto do Museu Guggenheim Bilbao no País Basco e revela que o turismo foi um dos grandes motores para a economia da região, pois as receitas oriundas do MGB estão próximas de compensar os gastos públicos para a execução do projeto. Por sua vez, Rodriguez e Abramo (2008) complementam, destacando que a colaboração dos setores público e privado, que nomeiam de "vantagem colaborativa", foi fundamental para o sucesso do Museu Guggenheim em Bilbao (FARIA, 2012).

Outros autores, como (SINCLAIR; STABLER, 2009; SHARPLEY, 2009), acreditam que os efeitos multiplicadores são menores do que os relatados com otimismo pelos teóricos Jenkins e Henry (1982) e Modeste (1995), isto é, os países menos desenvolvidos, com relativo

êxito no turismo, não foram capazes de dinamizar a economia local a partir das receitas geradas pela atividade turística. Além disso, a literatura aponta para os aspectos negativos da atividade, tais como: perda de identidade; efeito imitação sobre o consumo; aumento das importações de bens improdutivos; iniquidade nas oportunidades; pouco impacto sobre a pobreza; tendência inflacionária que acompanha o crescimento da demanda turística, incluindo o preço da terra e, sobretudo, o preço da habitação. Eles sugerem um maior envolvimento do estado na atividade turística com uma política territorial harmoniosa e humanizada (FARIA, 2012).

Para outro grupo de estudiosos neoliberal (SHARPLEY, 2010; SINCLAIR; STABLER, 2009) o turismo é uma grande arma para o crescimento de países menos desenvolvidos, pois gera renda e emprego. Acreditam que o capital deve cooperar com recursos financeiros para que o turismo se desenvolva, e que o estado crie planos de desenvolvimento do turismo, com incentivo na implantação e infraestrutura necessária. Como exemplo, cita o Brasil com o Programa de Desenvolvimento do Turismo da Região Nordeste do Brasil - PRODETUR, que foi financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no ano de 1994 (FARIA, 2012).

O turismo se insere na globalização através do movimento de mundialização e internacionalização que gera diversas transformações na sociedade e que, se bem aplicado, gera desenvolvimento. Através de pesquisas, Clarke e Ng (1993), chegam à conclusão que o turismo internacional é capaz de proporcionar benefícios econômicos e sociais para o país anfitrião. Porém, muitos estudos não concordam com essa hipótese, mostrando que o turismo internacional não é sempre benéfico para os países anfitriões. Apesar disso, os agentes financeiros internacionais continuam a incentivar esta atividade como propulsora de desenvolvimento econômico (FARIA, 2012).

A teoria de desenvolvimento regional vem se destacando cada vez mais no cenário do turismo, por ser um estudo mais específico e centralizado do local e concentração de empresas. As externalidades propiciadas por esta concentração podem contribuir para o crescimento econômico local e regional. Teóricos ratificam que, para o turismo agir como indutor de desenvolvimento econômico, dependerá do nível de diversificação da atividade produtiva do local e das próprias condições do desenvolvimento turístico. Estudiosos da área sugerem que se deve tentar mensurar o nível de fugas na economia e analisar se estas poderiam ser reduzidas por meio de ações de "substituição de importações" em nível local ou regional (FARIA, 2012).

Em suma, a contribuição do turismo ao desenvolvimento vai depender de onde se quer chegar, como afirma Faria (2012), com um crescimento econômico tradicional, medido através de indicadores convencionais, incorporando o destino no contexto global do turismo, ou a um desenvolvimento mais humano, com oportunidades para faixas mais amplas da população e proteção ambiental, utilizando ferramentas para um desenvolvimento prudente da atividade, ou a uma transformação social.

O turismo pode contribuir para o desenvolvimento de uma região ou gerar impactos negativos; o efeito depende do modelo utilizado e da sua gestão, pois a concorrência gera diferentes interesses, quer pelo uso dos recursos naturais, econômicos e humanos, pela distribuição de benefícios ou pela distribuição das externalidades negativas que são geradas. Ainda assim, o turismo é considerado o grande motor do crescimento econômico, apesar de ser entendido como um espaço de conflito social. A questão é entender esta dinâmica de conflito nos modelos de desenvolvimento turístico e em sua gestão (CAÑADA; GASCÓN, 2007).

Já as teorias alternativas do turismo, como ecoturismo, turismo verde, turismo sustentável e turismo comunitário direcionam seus estudos para o desenvolvimento humano e /ou sustentável, onde a diretriz principal é uma ação coletiva da população e preservação ambiental. Diversos autores mostram que esse tipo de turismo, gradualmente, tem mais potencial de integração com a comunidade que outro tipo de turismo – por exemplo: o turismo internacional, podendo gerar mais receitas no destino, pois utiliza mais recursos locais (TELFER, 2004).

### **2.3 Inclusão social do turismo?**

A inclusão social do turismo não é vista apenas como um segmento da atividade turística, mas como uma forma de praticá-la com o objetivo de obter benefícios sociais. Assim, define-se que “Turismo Social é a forma de conduzir e praticar a atividade turística promovendo a igualdade de oportunidades, a equidade, a solidariedade e o exercício da cidadania na perspectiva da inclusão” (BRASIL, 2006, p. 6).

Considera-se o turismo uma atividade tipicamente capitalista; conseqüentemente, ela é excludente. Como prática social, o turismo é também econômico, político, educativo e cultural, que envolve relações sociais e de poder entre residentes, turistas, produtores e consumidores. A partir desse contexto, essa subseção pretende apenas destacar os traços comuns que aproximam o discurso do turismo no processo de exclusão e inclusão social.

Com o desenvolvimento do capitalismo, o turismo tornou-se uma atividade bastante rentável no mercado, o que por sua vez, fez com que o potencial da atividade turística venha fazendo com que o governo, como outros setores da economia, implementasse condições favoráveis como incentivos fiscais e infraestrutura para dar suporte à atividade turística. Como resultados, investidores externos criam interesses em implantar empreendimentos e, logicamente, acumular capital, porém sem grandes preocupações de inclusão de parte da mão de obra local. Fazendo com que a comunidade fique de fora de oportunidades que o turismo possa proporcionar no âmbito do planejamento e decisões (DAIBERT; MORAES; BOTELHO, 2006).

Ainda, segundo Daibert, Moraes e Botelho (2006), é primordial que os processos resultantes da atividade turística tragam benefícios, não apenas em termos econômicos, mas que também promovam a justiça social, a conservação cultural e do meio ambiente, além de permitir que a comunidade local esteja presente nos processos de decisão e gestão da atividade.

Um dos grandes obstáculos para que isso seja possível é a divisão da sociedade em classes; para tudo acontece uma ramificação entre rico e pobre, trabalhador e capital etc. Essa divisão acaba se tornando uma vinculação pessoal e moral, tornando um círculo vicioso de determinação social da estrutura do modo de produção. E, conseqüentemente, ocorre a velha condição capitalista onde o investidor turístico se apropria de forma alargada do excedente econômico produzido pelos trabalhadores, e explora-os.

Independentemente do principal objetivo do turismo ser a obtenção de lucros e renda, ele também deve criar oportunidades de ganhos para os trabalhadores e os lugares mais pobres. Porém, o que acontece é um meio termo, primeiro conflitam e depois coincidem. Como frisa bem Coriolano (2006):

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos residentes, e dos turistas. Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em movimento e conflito. O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos neles contidos apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias (CORIOLANO, 2006, p. 368).

Enquanto os focos de interesses forem mais centrados na acumulação de capital e menos no humanista, prevalecerá a exclusão e não a inclusão. Como constatou Coriolano (2006, p. 372), “na prática que o discurso, de que todos ganham com o turismo, é superficial,

pois mascara contradições e as diversas formas de exploração de trabalho que, as vezes, acirram as contradições entre o capital e o trabalho”.

A ideia é que cada turista ou grupo de turista que visite determinado local funcione como multiplicador em diversos setores com ligação direta e indireta com o turismo. Porém, devido à exclusão, as receitas oriundas do turismo não beneficiam a localidade, em geral porque os insumos e a mão de obra não são locais.

Acreditamos que a exclusão social no turismo pode ser reduzida por meio de políticas públicas de incentivo de adoção de estratégias de resistências populares, com movimentos solidários em torno de ações concretas que possibilitem a inclusão de parte dos excluídos.

### 3 METODOLOGIA

Podemos classificar o presente trabalho como um estudo de caráter exploratório, uma vez que objetiva proporcionar maior familiaridade com o tema. Efetuou-se a investigação bibliográfica, quanto seus procedimentos técnicos, através de um levantamento de dados disponíveis em fontes. E delimita-se como qualitativa quanto à sua forma de abordagem.

O universo da pesquisa escolhida foi o Brejo Paraibano, o qual passou por importantes transformações no decorrer do processo histórico na ocupação do espaço regional de agrário natural para social. Conforme Lima (2010, p. 19), a mudança se deu através de diversos fatores, como os danos à vegetação nativa, adequação do espaço urbano para necessidades das cidades ou pela construção de estradas. Apesar disso, foram mantidas áreas de reserva ecológica e uma preocupação com a conservação do patrimônio arquitetônico, cultural e natural; dando a sensação de um espaço bucólico que nos permite andar para trás no tempo.

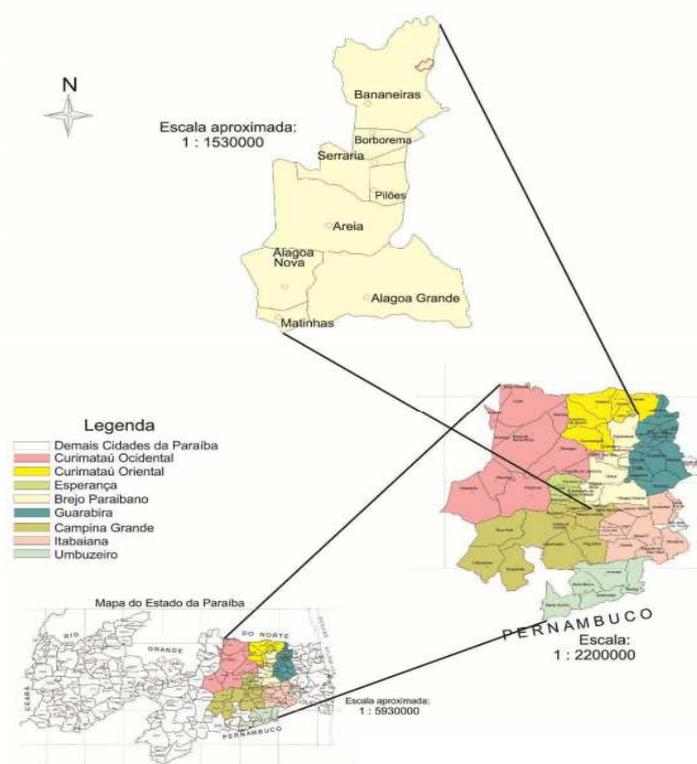
A região turística do brejo paraibano, está estabelecida na mesorregião do Agreste Paraibano do estado da Paraíba, formada por oito (08) municípios (FIGURA 1), quais sejam: (i) Alagoa Grande, (ii) Alagoa Nova, (iii) Areia, (iv) Bananeiras, (v) Borborema, (vi) Matinhas, (vii) Pilões e (viii) Serraria, que ocupam juntos 1.202,1 km<sup>2</sup> e com população estimada de 115.923 habitantes, ocupando cerca de 2% do território paraibano (IBGE, 2010). Apesar da sua pequena dimensão territorial a microrregião é uma das principais do estado devido às condições de solo e clima que viabilizam a produção agrícola.

Contudo, a atividade agrícola do Brejo Paraibano sofreu um decréscimo em função de uma série de acontecimentos que resultaram em problemas econômicos, como o fechamento de engenhos e fábricas. Em decorrência desse fato, os habitantes tiveram que procurar outras

formas de sobrevivência e o turismo foi uma das soluções encontrada para alavancar o dinamismo na região (GALVÃO, 2012).

Esse processo de substituição do espaço agrário para o espaço turístico se deu através da “descoberta” que se poderia aproveitar das peculiaridades e atrativos de cada município, visando atrair um grande fluxo de turistas, gerando emprego e renda para a comunidade local. Assim, as paisagens singulares, belezas naturais, cultura regional e clima frio (12 graus no inverno), encontrado raramente no Nordeste brasileiro, serviram como artifício de atração uma maior quantidade de pessoas para conhecer os contrastes que transformaram o estado numa atração turística para os gostos mais variados. Essa mistura de arranjos produtivos socioeconômicos e culturais, fez com que a inclusão do turismo na microrregião se iniciasse.

**Figura 1 – Localização do Brejo Paraibano no Estado da Paraíba e no Agreste**



Fonte: Rodrigues (2012).

Outro ponto forte é que a região brejeira se destaca pela maior concentração de engenhos de cana-de-açúcar do estado da Paraíba. O registro da existência destas unidades produtivas nos faz voltar a meados do século XVIII. Seu longo tempo de existência assegura a vocação produtiva dos engenhos de cana-de-açúcar nesta microrregião. Em sua pesquisa, Almeida (1994) registrou a existência de 294 destas unidades produtivas, desde a sua

implantação. Segundo dados do IBGE (2000) existiam no Brejo 52 engenhos de cana-de-açúcar, dentre os 62 existentes na Paraíba. Deste cinquenta e dois, 25 produziam apenas cachaça, 8 produziam apenas rapadura e 19 fabricavam cachaça e rapadura conjuntamente. Em 2009, segundo dados do cadastro fornecido pelo Sindicato de Bebidas da Paraíba, há vinte e dois engenhos sendo que, 8 produzem apenas cachaça e 16 fabricam cachaça e rapadura conjuntamente. Percebe-se uma gradativa redução no número de engenhos na região.

Há também peculiaridades que apenas a microrregião do Brejo Paraibano oferece, tais como produtos disponíveis com caráter interessante e não facilmente encontrados em outros lugares do país como, por exemplo, a cana-de-açúcar, a rapadura e a cachaça, que permitem agregar originalidade e diferencial ao produto turístico. Também oferecem um cenário de clima frio, a beleza de muitos rios, cachoeiras, trilhas e mata atlântica, além do patrimônio histórico das cidades centenárias, que promovem eventos e a prática de um turismo alternativo (GUARDIA, 2012).

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alagoa Grande tem um grande potencial turístico a ser explorado, devido seus atrativos naturais e histórico. Rica em construções históricas, como a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem, edificada em 1868 e o Teatro Santa Ignez, inaugurado em 1905. O Turismo rural destaca-se na localidade através de seus engenhos, cachoeiras e antigos quilombos. A estruturação da cultura está em expansão, uma vez que Alagoa Grande é a terra de Margarida Maria Alves e Jackson do Pandeiro. Enriquecendo o potencial, tanto no aspecto turístico como de propagação e solidificação da cultura regional. Apesar da maior ênfase do turismo histórico na cidade, modalidades de esportes foram incorporadas dentro dessa região de matas e cachoeiras, aparecendo como uma nova forma de integração de lazer com o meio natural. São eles: o rapel, trekking, tirolesa, escalada, *mountain biking* e enduro.

Alagoa Nova vem se consolidando como uma cidade tipicamente turística pelo seu legado e tradição dos engenhos de cachaça e rapadura e a sua famosa gastronomia, que tem na galinha capoeira o seu maior referencial. Um dos principais impulsionadores do turismo é a festa da Galinha e da Cachaça que atrai milhares de pessoas todo ano. Os principais pontos turísticos da cidade são: Restaurante O Bianão e Pirauá, Balneário Cachoeira da Furna, Parque de Vaquejada, Parque da Lagoa, Largo do Moraesão, Pesque e Pague, Engenhos Com Cultura da Cachaça, Pista de Motocross e Cachoeira da Boa Vista, utilizada para área de lazer

e para prática de esportes radicais. Correlacionando com trilhas ecológicas, prática do rapel e uma extensa paisagem rural.

Areia é a cidade com maior ascensão turística, cuja conjuntura vem proporcionando diversas operações, visando o crescimento do turismo, como construções de hotéis, complexos com lojas de artesanato local e restaurante. O turismo cultural tem um grande impacto social e econômico no município, deixando-o no patamar de principal cidade turística da microrregião, por contar com um significativo acervo cultural e patrimônio histórico, o que valoriza sua importância para o turismo, estabelecendo e reforçando identidades. Outro ponto importante é que Areia está a 618m acima do nível do mar e um de seus atrativos é a baixa temperatura no inverno que chega a atingir 12°C (GUARDIA, 2012). A cidade ainda oferece diversas opções para o ecoturismo, com cachoeiras e um balneário aquático. Há também a possibilidade de turismo gastronômico e artesanal. Além da realização de manifestações culturais com âmbito regional e nacional, a exemplo do O Festival Nacional da Cachaça, da Rapadura e do Açúcar Mascavo, mais conhecido como 'Bregareia'.

Bananeiras possui um apelo turístico forte, pois a própria história de sua colonização faz referência à igreja matriz, conservada até os dias atuais, além do trem que foi um marco no município e chegou em 1922, hoje desativado e funcionando como museu, hotel-pousada e restaurante. Destacam-se também, seu artesanato regional, o Cruzeiro de Roma, as pinturas rupestres, o próprio centro da cidade, com casarios que expressam riquezas arquitetônicas de mais de um século de existência do município entre estilos neoclássicos, góticos, art-déco e eclético (GUARDIA, 2012). Além da Lagoa do Encanto, Casa da Farinha, Fonte da juventude, Bica dos cocos, Canoas e Umarí, Gruta dos morcegos, centro cultural Isabel Burity, Pedra Preta, campo de golfe e Festa de reis, de natal, Nossa senhora do Livramento.

Borborema tem ruas bem definidas e as casas são em estilo barroco, conservando sua história. Sua natureza auxilia a efetuação de programas tanto para os que gostam de atividades leves e curtas (ciclismo, caminhada ecológica, passeios a cachoeiras e trilhas), como a adeptos de esportes radicais, o montanhismo (escaladas, *trekkers*, tirolesa e rapel). Na cidade os turistas podem ainda participar de diversas festas populares, como: Festa de São Sebastião e Carnaval na Ilha da Fantasia. A cidade ainda conta com o açude "Ilha da Fantasia", a cachoeira do Roncador que oferece a prática do ecoturismo, o túnel da serra da samambaia, a cachoeira de Boa Vista, trilha ecológica do túnel e duas barragens.

Matinhas tem o turismo centrado na laranja, desde cursos, culinárias, negócios, exposição e outros atrativos. O seu principal indutor do turismo na cidade é a festa da laranja, tudo visando à efetivação e propagação da produção de citros. Destaca-se também na cidade

a prática do turismo ecológico através de trilhas para a Cachoeira do Pinga e Cachoeira do Altar no Sítio Jurema.

O clima e relevo de Pilões estimula seu turismo impulsionado pela produção de flores, que atualmente atraem turistas e alavanca a atividade agrícola. A principal atração da cidade é a festa das flores que atrai turista e aquece a economia local. A trilha para a ‘Pedra do Espinho’, é um dos pontos mais procurados pelos seus mais de 150 metros de altura, e propicia a prática do rapel. A Cachoeira de Ouricuri é bastante visitada devido à beleza ao seu redor. Há também opção histórica como a igreja do sagrado coração de Jesus, o casario rural e a corrida das Argolinhas.

Serraria, aos poucos vem se firmando turisticamente, não somente pelos eventos, mas por seus atrativos histórico-culturais. Este crescimento turístico possibilitou que outras atividades fossem retomadas pelos moradores, principalmente o artesanato com suas rendas, bordados, pinturas, patchwork, labirintos, entre outros tantos, que agregam valores aos atrativos da cidade. Destaque também para a Pedra da Furna, antiga residência de índios; Igreja Matriz “Sagrado Coração de Jesus”, Engenho Coitezeiro, Engenho Martiniano, Portal da Glória, Cachoeira de Saboeiro e Praça Antônio Bento.

Diante do exposto, não se pode negar a transformação social advinda da promoção da atividade turística. Porém, embora apresente expressivas potencialidades de crescimento, a atividade turística, atualmente, na região do brejo, ainda apresenta diversas e expressivas fragilidades que, se não forem solucionadas, podem vir a se constituir em pontos limitantes para o desenvolvimento da região (GALVÃO, 2012). Os municípios necessitam estar preparados para receber o turista, priorizando projetos coletivos e planejamento através de políticas públicas, com maior apelo para o desenvolvimento e inclusão social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso considerar que grande parte dos projetos na área do turismo tem direcionamento mais voltado ao turismo de massa, que visa, sobretudo, à estruturação da infraestrutura, serviços e atrativos turísticos, do que voltado, necessariamente, para a sustentabilidade e turismo alternativo. Neste sentido, acreditamos que as principais dificuldades que o setor apresenta, de forma geral, são: políticas governamentais ambíguas; falta de incentivos fiscais e financeiros; planejamento local inexistente ou ineficaz e falta de envolvimento dos agentes da região.

É indispensável transformar as políticas de desenvolvimento turístico em diretrizes que gerem não apenas a sustentabilidade econômica, mas, acima de tudo, que favoreçam o desenvolvimento regional. É importante primar pela qualidade dos serviços prestados, uma vez que gera uma melhoria na produtividade, emprego, renda e maior circulação de capital. Caso contrário, para que servirá os investimentos com recursos públicos gastos, se apenas alguns poucos se beneficiam?

Para que haja progresso no desenvolvimento regional ou local, é preciso uma conciliação das políticas, que estimule o crescimento turístico, com práticas locais. A organização dos atores sociais pode ser a chave do sucesso com efetivação de um planejamento turístico e, para que isso seja possível, deve estar claro o papel que cada indivíduo precisa desempenhar diante do turismo. Como bem exposto por Soares (2009) é na autossuficiência e eficácia ao tomar iniciativas que ocorre qualidade nas relações sociais. É nessa integração de redes que o protagonista age nas transformações econômicas, políticas e sociais de que depende o desenvolvimento local.

Torna-se necessária uma conciliação das políticas, que estimule o crescimento turístico, com práticas locais e sustentáveis. A organização dos atores sociais pode ser a chave do sucesso com efetivação de um planejamento turístico, para que isso seja possível, deve estar claro qual o papel cada indivíduo precisa desempenhar diante do turismo.

Neste contexto, nota-se visivelmente o papel fundamental do Estado como regulador e incentivador da atividade; da iniciativa privada com a operacionalização do turismo; e da atuação e inclusão da comunidade local como combustível do crescimento e desenvolvimento. No caso específico do turismo no Brejo Paraibano, cumpre observar que, apesar da atuação de diversos agentes promotores da atividade turística esquematizarem a estruturação do crescimento e expansão turística na região, essa só trará desenvolvimento regional, se os municípios forem proativos e ampliarem políticas públicas e projetos que contribuam para a estruturação do setor. O primeiro passo poderia ser a realização de um plano de ação, que envolvesse a cooperação de todos os agentes interessados na atividade turística da região.

Quanto aos tipos de turismo mais prósperos para a região e que, portanto, devem ser estimulados, à luz dos atrativos existentes e das características regionais, verifica-se que o turismo no espaço rural, o de aventura, o cultural, o religioso por prática sustentável são os mais presentes. Dado que, como foi observado no decorrer do artigo, a região tem muito potencial turístico, porém, para que uma região consiga se desenvolver, é necessário adotar políticas para potencializar o turismo de acordo com as características locais e suas

potencialidades. Também se percebe que a visibilidade de um dos principais modelos de desenvolvimento da região, que são as rotas culturais, estão em ascensão, porém, precisam ser ampliadas.

Constatou-se uma possibilidade de transformação ao introduzir as variáveis que podem auxiliar o desenvolvimento regional através do turismo, por meio dos atrativos, produtos turísticos, como, a cachaça, os engenhos e a comunidade quilombola, potencializados através de projetos, programas e investimentos que surgem a cada ano.

Conclui-se que a união do poder público, sociedade organizada e instituições privadas são percussores de mudanças na dinâmica econômica, política, social e cultural do turismo que contribuem para o desenvolvimento da região brejeira com o turismo sustentável, tal como a valorização da cultura, a preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental, além das possibilidades de investimentos financeiros e de infraestrutura que fortalecem a economia local.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. **Brejo Paraibano**: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

CAÑADA, E; GASCÓN, J. **Turismo y desarrollo**: herramientas para una mirada crítica. Managua: Enlace, 2007.

CANELAS, A. A evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e suas interações com as políticas econômica, energética e ambiental. In: Congresso Brasileiro de P&D em petróleo e gás, 3., 2005, Salvador. **Anais...** Salvador: IBP, 2005. Disponível em: <[http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0111\\_05.pdf](http://www.portalabpg.org.br/PDPetro/3/trabalhos/IBP0111_05.pdf)>. Acesso em: 23 out. 2017.

CLARK, H. R.; NG, Y. N. Immigration and Economic Welfare: Resource and Environmental Aspects. **Economic Record**, v. 69, n. 3, p. 259-273, 1993.

CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. Região, desenvolvimento regional e turismo comunitário. **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/3650>>. Acesso em: 23 out. 2017.

CORIOLOANO, L. N. M. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: ARROYO, Mônica; LEMOS, Amália Inês Geraides; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **América Latina**: Cidade, campo e turismo. São Paulo: USP, 2006.

DAIBERT, A. B. D.; MORAES, E. A.; BOTELHO, E. S. **Inclusão social e turismo: possibilidades e desafios**. Juiz de Fora: UFJF, 2006. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/EloiseBotelho.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

FARIA, D. M. C. P. **Desenvolvimento e turismo: uma abordagem conceitual**, Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20462.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2017.

FEGER, J. E. **Turismo e desenvolvimento regional: O caso do meio oeste catarinense**. Blumenau, 2002. Disponível em: <[http://proxy.furb.br/tede/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=255](http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=255)>. Acesso em: 23 out. 2017.

FURTADO, C. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

GALVÃO, S. F. S. **Interfaces cultural, política organizacional do projeto "caminhos do frio - rota cultural" no contexto da regionalização do turismo no brejo paraibano**. 2012. 213 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/18151>>. Acesso em: 23 out. 2017.

GÓMEZ, J. M. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Revista Pegada**, v. 3, n. 1, 2002. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/798>>. Acesso em: 23 out. 2017.

GUARDIA, M. S. A. B. **Diagnóstico da estrutura física de engenhos da microrregião do brejo paraibano para exploração turística**. 2012. 133 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2012.

IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=25&search=paraiba>>. Acesso em: 23 out. 2017.

JENKINS, C. L.; HENRY, B. M. Government involvement in tourism in development countries. **Annals of Tourism Research**, v. 9, n. 4, p. 499-521, 1982.

LIMA, S. F. **Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde – Espírito Santo/RN**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

LOPES, A. S. **Desenvolvimento Regional**. 1. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1980.

MODESTE, N. C. The impact of growth in the tourism sector on economic development: the experience of selected Caribbean countries. **Economia Internazionale**, v. 48, n. 3, 1995.

MORAES, R. R. **Um enfoque das teorias de desenvolvimento aplicado às políticas de financiamento na Amazônia: o caso do FNO**. Belém: Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2000.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. **O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**. Curitiba: Annablume, 2006.

PATEO, F.; SIGOLO, V. **Um estudo sobre desenvolvimento local solidário: conceitos e estratégias**. São Paulo: ITC/USP, 2006.

PLAZA, B. The Return on Investment of the Guggenheim Museum Bilbao. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 30, n. 2, p. 452-467, 2006.

RODRIGUES, L. P. M. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima**. João Pessoa: [s.n.], 2012.

RODRIGUEZ, A; ABRAMO, P. Urbanismo, cultura e governança na regeneração de Bilbao. In: COELHO, Teixeira (Org.). **A cultura pela cidade**. São Paulo: Iluminuras, 2008. p. 103-133.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SHARPLEY, R. **Tourism development and the environment: beyond sustainability?**. London: Earthscan, 2009.

SINCLAIR, M. T.; STABLER, M. **Aspectos econômicos do turismo**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

SOARES, W. **Confiança, redes sociais, inovação e desenvolvimento local**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SOUZA, N. J. **Desenvolvimento Econômico**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

TELFER D. J. The Evolution of tourism and development theory. In: SHARPLEY, R.; TELFER D. J. (Org.). **Tourism and development: concepts and issues**. Clevedon: Chanel View Publication, 2004.

VASCONCELOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

SILVA, W. K. M; OLIVEIRA, A. J; SILVA, K. A. Turismo e Desenvolvimento regional: o Brejo Paraibano como Destino Turístico. **Rev. FSA**, Teresina, v.15, n.1, art. 6, p. 104-123, jan./fev. 2018.

<b>Contribuição dos Autores</b>	<b>W. K. M. Silva,</b>	<b>A. J. Oliveira</b>	<b>K. A. Silva</b>
1) concepção e planejamento.	X	X	X
2) análise e interpretação dos dados.	X	X	X
3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo.	X	X	X
4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.	X	X	X